

CRISE E REBELIÃO COLONIAL

UMA PERSPECTIVA URBANA
(MINAS GERAIS / BRASIL – SÉCULO XVIII)

CARLOS MAGNO GUIMARÃES Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1999), professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

MARIANA GONÇALVES MOREIRA Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), especialista em Gestão Ambiental e Geoprocessamento pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2011) e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GABRIELA PEREIRA VELOSO Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANNA LUIZA LADEIA Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

THAÍS MONTEIRO DE CASTRO COSTA Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO A partir da segunda metade do século XVIII, a crise da exploração aurífera na Região de Minas Gerais (interior do Brasil) configurou um quadro no qual a atuação do Estado Colonial Português provocou insatisfação atingindo interesses de grupos locais. Uma das conseqüências deste processo foi a organização de um movimento reunindo integrantes de diferentes categorias sociais numa clara reação às imposições do Estado Colonial. Presente na articulação, e um dos mais expressivos representantes da ala clerical do movimento, estava o Padre Toledo, morador e pároco na localidade de São José d'El Rei. Sua residência, ainda hoje preservada (e transformada em Museu), é objeto desta pesquisa, que pretende resgatar aspectos do cotidiano que possam contribuir para a compreensão daquele contexto.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia urbana, inconfidência mineira, Padre Toledo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais da *Pesquisa Histórico-Arqueológica na Casa do Padre Toledo – Município de Tiradentes / MG*, em desenvolvimento pelo Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade desde 2010.

A Casa do Padre Toledo está inserida em um dos mais expressivos contextos da História de Minas Gerais e do Brasil. Por um lado, e em plano mais amplo, o processo de desagregação de parte do Império Colonial Português. Por outro lado, o processo que desembocou na Independência do Brasil e no início de formação da nacionalidade.

Não é por acaso a importância atribuída à Inconfidência Mineira neste contexto. O Padre Toledo foi figura de ponta na articulação do movimento, posteriormente apropriado pela República, em fins do século

XIX, como expressão da nacionalidade.

O conhecimento produzido sobre um patrimônio arqueológico do tipo da Casa do Padre Toledo é indispensável tanto para preservar o objeto de estudo como para garantir às gerações futuras a possibilidade de conhecer sua história.

I

A descoberta de ouro no Brasil, no final da segunda metade do século XVIII, desencadeou um intenso surto de mineração, responsável por alterar substancialmente a vida da Colônia e da Metrópole. O significativo afluxo populacional e a grande riqueza extraída e produzida na região configuraram uma sociedade de características peculiares.

A sociedade colonial, naquele período, tornou-se extremamente diversificada na sua composição, apresentando uma dinâmica permeada de conflitos decorrentes da interação entre as inúmeras categorias sociais,

profissionais e étnicas que a compunham, bem como da insatisfação provocada pelas relações estabelecidas com a Coroa.

Até aquele momento, o Brasil, que na condição de colônia portuguesa apresentava uma dinâmica voltada para o litoral (Rio de Janeiro e Nordeste açucareiro), teve seu eixo deslocado para o interior, para a região das Minas. Embora baseada na mineração, a economia mineira apresentou, desde o início, um caráter de extrema diversificação, com uma ampla interação entre as diferentes atividades e também entre o meio rural e o urbano. O surto de mineração também se caracterizou por um intenso processo de urbanização, desenvolvido desde o início do ciclo. Traço comum entre as áreas onde se desenvolveu a exploração minerária foi a concentração populacional, desencadeada pela perspectiva de enriquecimento rápido e / ou fácil. Provocou, então, o surgimento de núcleos urbanos, de maior ou menor duração, conforme a produtividade das lavras.

Alguns destes núcleos concentravam atividades específicas do aparelho administrativo, mas também inúmeras outras, das quais o próprio meio rural dependia. Inicialmente na condição de aldeias, muitos ascenderam na hierarquia da ordem administrativa ao serem elevados à categoria de vilas.

Ainda que imprecisos, os dados referentes à produção aurífera indicam uma produtividade ascendente até as décadas de 1730/40, quando a produção global entra em declínio, o que se expressa nos montantes da arrecadação fiscal da Coroa Portuguesa.

A segunda metade do século XVIII foi palco não só da crise da atividade minerária como também da crise do próprio Império Colonial Português, coroada pelo movimento que culminou na independência do Brasil em 1822.

Um dos traços marcantes da intensa dinâmica social das Minas Gerais ao longo do período colonial foi a ocorrência sistemática de motins e rebeliões, tendencialmente predominadas por um caráter anti-fiscal, contrário às políticas da Coroa Portuguesa.

Minas foi foco de exploração desde os fins do século XVII, quando o ouro foi descoberto coincidindo com o momento em que já se instalara a crise do nordeste açucareiro. A combinação desses fatores provocou rápida transferência de grandes contingentes populacionais para as áreas de extração aurífera.

A intensa exploração do ouro levou, gradativamente, à sua escassez. Ainda assim, as autoridades portuguesas insistiam nas cobranças do quinto – equivalente a vinte por cento do ouro produzido – atribuindo a diminuição do rendimento dos quintos ao extravio e à fraude. Em 1750, Portugal estabeleceu que o rendimento anual do quinto deveria ser de 100 arrobas. Para o cumprimento dessa exigência, às vezes era decretada a derrama,

prática na qual os soldados da Coroa realizavam ações de confisco até completar o valor devido (Hollanda, 2003).

Foi nesse contexto que se articulou a Inconfidência Mineira, movimento que questionava tanto o regime estabelecido pelo domínio português quanto a submissão à Coroa. No bojo de sua articulação, foram propostas idéias, ainda que não consensuais, relativas à independência da Colônia, à abolição da escravatura e à adoção de um sistema republicano.

A Conjuração foi encabeçada por membros da elite colonial influenciados pelas idéias iluministas e pela recém ocorrida Independência dos Estados Unidos, enaltecida como inspiração e exemplo de perseverança, como se verifica no testemunho do Padre José Lopes de Oliveira, presente nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*:

(...) o Vigário [Carlos Correia de Toledo e Melo] (...) contando-lhe que estava delineado erigir-se uma república; ao que repugnou ele, testemunha [Padre José Lopes de Oliveira], dizendo que tal não se poderia conseguir porque não havia gente, armas, mantimentos, e outros gêneros indispensáveis (...) ao que ele, Vigário, respondeu que o mais que duraria a guerra seriam três anos; e que, entretanto, se uniam o Rio e São Paulo, havia muita gente, e que, quando os americanos ingleses sacudiram o jugo tinham menos armas e, contudo, resistiram até se conseguir a liberdade (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 1983, v.1, p.204).

O início da articulação se deu por volta de 1781, tendo amadurecido por vários anos até que, antes de ser desencadeada, foi denunciada, sofrendo a conseqüente repressão por parte do Estado colonial português.

O movimento foi marcado por grande amplitude no tocante às diferentes categorias sociais envolvidas. Inegavelmente um movimento de elite, congregou fazendeiros, mineradores, militares, e burocratas, dentre outros. Os sediciosos pertenciam a diferentes regiões da Capitania, mantendo-se em contato durante todo o longo período de articulações, até que as desavenças internas e interesses particulares levaram à denúncia do movimento por parte de alguns de seus integrantes.

A repressão por parte da Coroa foi imediata, resultando na prisão dos envolvidos, na abertura de devassa (inquérito) e no estabelecimento de penas de degredo para outras regiões do Império Português. Apenas um dos envolvidos, identificado como principal articulador do movimento, foi condenado à morte: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes.

A leitura das peças do inquérito evidencia que grande parte da articulação do movimento se deu através de reuniões nas casas de alguns dos sediciosos, localizadas nos meios urbanos – o que não caracteriza a Conjuração como exclusivamente urbana. E é este um dos aspectos que interessa nesta abordagem.

Os inconfidentes se reuniam com o intuito de discutir questões referentes à Capitania, à Metrópole, à elaboração de um plano de assalto ao poder (Villalta & Becho, 2007) e ao delineamento de um ideal de república a ser seguido após o sucesso da empreitada. As residências particulares são citadas como principais locais em que se davam essas reuniões secretas, como

A casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, na rua Direita, em Vila Rica, (...) local onde se deram as mais importantes reuniões dos inconfidentes. Lá, muitos dos conjurados – destacando-se entre eles o padre José de Oliveira Rolim, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o padre Carlos Correia de Toledo, o Dr. José Álvares Maciel e Tomás Antônio Gonzaga – emprestaram livros e debateram sobre seu conteúdo, formularam estratégias para a eclosão (Villalta & Becho, op. cit., p.555).

As mesmas residências também foram indicadas, pelos denunciadores e réus, como locais onde ocorreram tentativas de aliciamento. Como exemplo, relata a carta-denúncia do mesmo Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada:

Meu Senhor, em dias do mês de janeiro vieram à minha casa o Coronel Inácio José de Alvarenga, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e o Vigário Carlos Correia de Toledo; e depois de me haverem cumprimentado, passaram a tratar do estado atual deste País, das suas produções e dos motivos da total decadência em que se acha, e do quanto poderia ser feliz se fosse habitado por outra qualquer nação que não fora a portuguesa, porém como a matéria não estimulasse a minha curiosidade a indagar o fim a que se dirigia, retiraram-se.

Passados alguns dias tornaram, e pouco depois o Reverendo Padre José da Silva Rolim; e à matéria que tinha anteriormente jogado, ligaram as seguintes reflexões: que os povos se acham aflitos e consternados com a notícia da nova derrama, e por este motivo dispostos para qualquer ação que se encaminhasse a favorecê-los; e que até se lembrariam de formar uma sublevação, se não temessem a oposição da tropa (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, op. cit., p. 117-118).

Das categorias sociais envolvidas no movimento, os clérigos foram uma das mais expressivas. Isto se torna relevante quando considerado o fato de que Igreja e Estado constituíam, na sociedade colonial e no universo administrativo do Império Português, uma unidade orgânica.

A Igreja esteve presente desde o início da colonização das Minas. Sua atuação, manifesta-se na existência de grande quantidade de edificações representativas, de vários tipos de expressão artística sacra, como a arquitetura, a pintura e a escultura.

Naquele contexto, a figura do Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, enquanto membro da elite e inconfidente, é

uma expressão a ser considerada.

Há indicadores de que o Padre Toledo tenha sido o mais radical dos eclesiásticos a participar do movimento. A ele é atribuída a frase: “mais valia morrer com a espada na mão, que como carrapato na lama” (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.2, p.59). Nascido em 1731, na Vila de Taubaté, então Capitania de São Paulo, tinha mais dois irmãos que também eram padres. Assumiu o cargo de vigário na Vila de São José del-Rei no ano de 1777, nela ficando até sua prisão, ocorrida em 24-05-1789, quando da denúncia do movimento. Ao longo da vida acumulou fortuna em fazendas, escravos, áreas de mineração e dinheiro.

Na articulação do movimento, o Padre Toledo incumbiu-se de questões conceituais e foi responsável pela escrita dos dizeres da bandeira idealizada durante a articulação do movimento revoltoso¹, pelo aliciamento e organização de uma tropa montada para fazer frente às necessidades de um possível combate à Coroa, seguindo o testemunho de José de Resende Costa (filho):

(...) lhe disse aquele Vigário que tinha escrito uma carta ao mencionado Tenente-Coronel Francisco de Paula em que lhe dizia por formais palavras: “Senhor Tenente-Coronel: Dou parte a Vossa Senhoria que nos meus pastos tenho cento e cinquenta cavalos gordos e prontos para a tropa (...)

O mesmo Vigário contou também a ele testemunha que no Rio de Janeiro havia sessenta comissários, os quais se achavam prontos para ajudarem aquela ação, cujos nomes lhe não declarou; e que nesta Capital a maior parte da tropa paga estava falada para este fim (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.1, p.256).

Implementada a Conjuração, o clérigo teria um papel de destaque na possível república. O testemunho de João Dias da Mota nos *Autos da Devassa* registra:

(...) que se tinha feito um batizado em casa do Padre Carlos, Vigário naquela Vila, em que assistiram o Coronel Inácio José de Alvarenga e o Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo Piza, e outros; e que nele se disse que o dito Vigário havia de ser o Bispo; e o dito Sargento-Mor preferiu que, com o fagote que trazia à cinta, havia de cortar a cabeça do general. E que tudo quanto ali estava assim o ouviu, até os músicos (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, op. cit., p.178).

1. “E nessa mesma conversação, disse o mesmo Alvarenga o letrado que havia lavar-se na bandeira em latim, de que ele, Respondente [Francisco Antônio de Oliveira Lopes], não se recorda, mas que em substância vinha a ser: ‘Inda que tarde chegou a Liberdade’; cuja letra escreveu o Vigário [Carlos Correia de Toledo] em um papel. E pedindo-lhe o Vigário que lha escrevesse em um papel, respondeu aquele Alvarenga: - ‘Os dedos tenha eu cortados se pegar na pena para escrever alguma cousa destas’. Por cujo motivo, o mesmo Vigário escreveu por sua mão a dita letra”. AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V.2, p. 48.

Do exposto se depreende que uma abordagem da figura do Padre Toledo é de importância fundamental tanto para uma melhor compreensão da articulação do movimento quanto para o conhecimento do cotidiano e do modo de vida da elite mineira durante o período colonial.

II

Quando o movimento sedicioso foi abortado, a partir das denúncias de pessoas vinculadas ao mesmo, uma das medidas tomadas pelo aparelho repressivo foi o seqüestro de bens dos envolvidos. Bens móveis e imóveis foram alvo da ação de confisco da justiça colonial.

Dentre os bens confiscados do Padre Toledo, destaca-se uma biblioteca com obras religiosas, políticas e literárias. É evidente o caráter iluminista da mesma e sua influência na participação do clérigo no movimento sedicioso, em um período no qual a relação da Coroa Portuguesa, com o saber e com os livros, era marcada pela necessidade de se estabelecer interdições à circulação de exemplares considerados nocivos, e questionamentos em relação ao uso dos livros por parte dos leitores na Colônia. Nesse contexto, em que atuavam os tribunais censórios portugueses, faz-se interessante a visão das obras pertencentes ao Padre Toledo e suas influências no pensamento do revoltoso e em seus questionamentos à ordem estabelecida. Enquanto residente do meio urbano, proprietário de terras e escravos, o clérigo integrava uma categoria privilegiada

no tocante ao acesso a livros, o que permeou as relações estabelecidas por ele durante a Conjuração Mineira (Villalta, 1999).

Alguns dos itens confiscados exigem que nos reportemos aos *Autos de Devassa*, porquanto constituem evidências concretas ou potencialidades da pesquisa arqueológica. Evidentemente não se trata de considerar que os bens confiscados acabaram se tornando vestígios. Na medida em que foram confiscados, certamente foram retirados da moradia. Entretanto, servem de referência (análoga) comparativa para os vestígios coletados a partir da realização de sondagens arqueológicas.

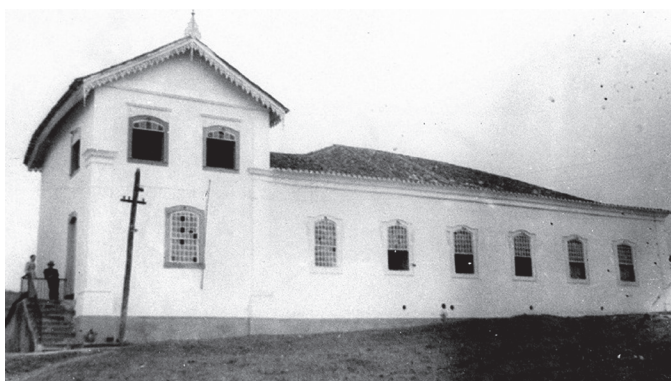
Obviamente, o primeiro item trata da edificação que ainda hoje resiste, transformada em museu cujo nome é o de seu morador mais ilustre.

Segundo a descrição contida no documento, era “uma morada, de casas térreas assoalhadas e forradas, cobertas de telha, com quintal murado de taipa, e piçarrão, cavalariças e mais oficinas, sitas na Rua do Sol” (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 1983, v.6, p.69-70*).

Ainda que de forma esquemática, a descrição não deixa dúvida quanto ao fato de ser uma moradia com certo requinte – não só por ter cavalariças e oficinas, mas por ser assoalhada, forrada e coberta de telhas. O referido quintal é hoje um espaço a ser considerado para as intervenções arqueológicas.

A Casa é uma edificação imponente, construída em meados do século XVIII, com soleiras, vergas, ombreiras, peitoris e colunas em xisto verde com trabalho de

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade



1. Fachada lateral.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade



2. Fachada principal.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade



3. Fachada posterior.

Acervo da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade



4. Fachada posterior – intervenções posteriores.

cantaria (Costa, 2009). Na casa ainda são encontrados cômodos ornamentados com pinturas no forro e painéis (figs. 1 e 2).

Ao longo do tempo, foram realizadas alterações tanto no interior quanto na área externa da moradia. Apesar das alterações, o local guarda um expressivo acervo arqueológico que permite a apreensão de hábitos e costumes de seus moradores (figs. 3 e 4).

Uma escada de acesso entre as áreas interna e externa apresenta revestimento de cimento, mas são evidentes blocos de pedras – indicando que a escada remonta ao período inicial de sua ocupação, embora tenha perdido as características originais. O piso de parte da área externa, também atualmente revestido com cimento, era originalmente revestido de pedras.

Assim como no interior da Casa, onde pode ser observada a presença de material construtivo recente, como o cimento, a atual área externa da edificação se apresenta bastante alterada em relação à original: além

da construção de uma edificação anexa, o quintal apresenta uma área cimentada³, onde funcionou uma quadra poliesportiva.

O limite do quintal é evidenciado por um muro construído com blocos de pedras, junto ao qual, e externa a ele, passa uma via com calçamento também de pedras, construído recentemente. Possivelmente, um canal de adução abastecia a residência de água, captada no córrego que, quase totalmente seco, ainda corre nos fundos da casa.

Na lista dos bens confiscados, constante nos *Autos de Devassa*, outra categoria merece referência: a dos bens móveis.

O potencial arqueológico da Casa do Padre Toledo ficou evidente durante as obras de restauração integrantes do *Projeto de intervenção e restauração do Museu Regional "Casa do Padre Toledo" – Tiradentes – MG*, coordenado pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que possui patrocínio do BNDES, benefícios da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei n.º 8.313/91, alterada pela Lei n.º 9.874/99) e acompanhamento do IPHAN. O projeto prevê intervenções na cobertura, revestimento, esquadrias de madeira, pintura, fundação, muros e também será feita a demolição do anexo existente, observando-se as orientações do IPHAN.

Durante a realização das referidas obras, foi identificada grande quantidade de vestígios arqueológicos de louça, cerâmica, vidro e metal no porão da moradia. Diante disso, a equipe do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG realizou visita técnica à Casa do Padre Toledo, em dezembro de 2010, com o objetivo de conhecer tais vestígios arqueológicos e o contexto no qual foram encontrados.

Parte dos vestígios encontrados foi coletada por funcionários da Fundação e está mantida na Casa de Cultura da UFMG. Cabe destacar que, devido à ausência de acompanhamento arqueológico naquele momento, os vestígios foram removidos de seu contexto original sem registro adequado / especializado, o que implica na perda de informações necessárias à análise e à interpretação arqueológicas.

Os vestígios de louça encontrados são expressivos: os fragmentos somam 198 unidades e apresentam grande diversidade (de decoração, funcionalidade e origem).

Dentre os tipos de decoração identificados nos vestígios de louça constam, principalmente: *shell edged* nas cores azul e verde; *transfer printing* / borrão de cor azul e pintura à mão livre com motivo floral (fig. 5).

Muitos dos fragmentos remetem a objetos de merecida referência: bico de molheira, fragmentos de xícaras

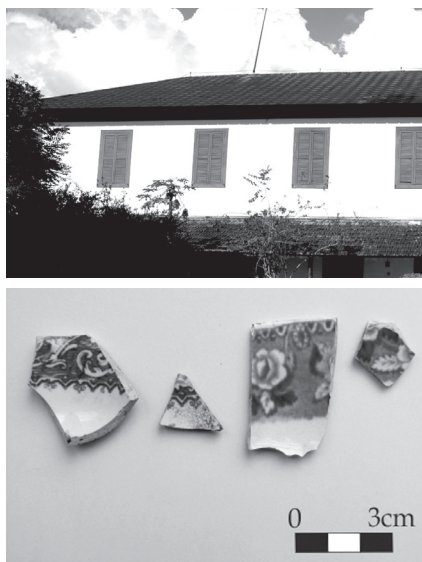
QUADRO I - Objetos confiscados do Padre Toledo²

Quantidade	Tipo
01	Espelho grande com sua moldura dourada
36	Pratos finos da Índia
12	Copos de vidro entre grandes e pequenos
03	Bules de louça da Índia
02	Terrinas de louça de Lisboa
07	Charões de louça de Lisboa, ou pratos compridos, entre pequenos e grandes
04	Pratos de estanho grandes
02	Candeeiros de latão, um grande e outro pequeno
*	Tabuleiro, tabulas e dados de jogar
01	Bacia grande de arame
01	Bule de cobre
12	Xícaras de louça da Índia
12	Pires de louça da Índia
01	Bacia com jarro de estanho velho
01	Colheres de prata
02	Lampião grande de vidro
01	Enxada usada
01	Machado usado
03	Trepes de ferro

2. AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.^a ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V.6, p. 70-71.

3. Parte desse cimento já foi retirada.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG

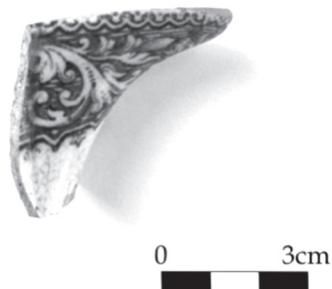


5. Fragmentos de xícaras de louça – faces interna e externa.

de tamanhos variados, fragmentos de malga e de pratos, dentre outros.

Foram identificados, ainda, fragmentos de louça que apresentavam marca impressa em preto com brasão, o que possibilitou rastrear a origem do produto e seu período de fabricação, permitindo inferências sobre a vida econômica, social, cultural e cotidiana dos moradores da edificação em determinado período, que ainda não é suficientemente recuado no tempo para remonter à época de ocupação da casa pelo Padre Toledo.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG



6. Fragmento de molheira de louça.

Os vestígios de cerâmica, embora em quantidade reduzida, também apresentam significativa diversidade com relação ao processo de fabricação, à matéria-prima utilizada e à decoração empregada. Alguns fragmentos foram produzidos em torno e outros fragmentos produzidos por acordelamento; fragmentos com pasta de coloração preta e outros com pasta de coloração avermelhada; fragmentos do tipo *Saramenha*, apresentando superfície vitrificada de coloração amarelo-ocre, e fragmentos com decoração incisa.

Os fragmentos de vidro, em número reduzido (apenas quatro), representam três objetos distintos, visto que um deles é parte de um frasco incolor, outro é uma rolha de cor verde-água e os demais são fragmentos de uma garrafa de cor verde-escuro.

Por fim, os únicos vestígios de metal encontrados são um fragmento de colher e um cravo.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG



7. Sondagem no entorno da edificação – detalhe.



8. Vestígios arqueológicos: frasco de tinteiro e fragmentos de fundo e garrafas de vidro.

Tendo em vista este potencial arqueológico, foram realizados trabalhos de campo em julho de 2011 pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Fafich / UFMG. Nesta etapa, foram abertas sondagens na área externa da edificação e no porão, que também revelaram grande quantidade de vestígios oriundos, principalmente, de momentos posteriores ao século XVIII. Tais sondagens tiveram o objetivo de verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos e compreender a estratigrafia do local. A análise da estratigrafia mostrou que o terreno foi bastante perturbado ao longo do tempo e atestou o aterro de determinadas áreas. Vestígios arqueológicos foram identificados em camadas razoavelmente profundas (mais de um metro abaixo da superfície) nas porções mais distantes do quintal e foram

muito numerosos e frequentes, desde os primeiros centímetros, nas imediações da edificação original. Tratam-se de expressivos vestígios de louça, vidro, metal e cerâmica. Uma sondagem revelou ainda vestígios de um piso de pedras no entorno imediato da edificação.

IV

Os resultados atingidos até o momento por meio de pesquisa documental / bibliográfica e de levantamento arqueológico permitem algumas inferências. As dimensões, a planta da casa e a quantidade de móveis (mesas, cadeiras, etc.) que foi confiscada indicam a presença de vários ambientes adequados ao uso coletivo de expressivo número de pessoas; fossem reuniões



9. Sondagem na área externa evidenciando piso de pedra.

de caráter festivo ou sedicioso.

Os objetos descritos na lista de bens confiscados e os vestígios arqueológicos identificados na casa do Padre Toledo devem ser considerados a partir de diferentes perspectivas.

A primeira delas, evidentemente, é a indicação de tipos e natureza dos objetos que integravam o cotidiano da moradia na vila de São José d'El Rei. Membro da elite colonial, o cotidiano do Padre Toledo era marcado por objetos que devem ser considerados sofisticados e dispendiosos naquele contexto.

Em segundo lugar, chama a atenção o fato de louças e vidros serem importados, dado que não havia produção na Colônia. A louça confiscada trazia na identificação sua origem: Lisboa ou Índia. A denominação "Índia" era uma referência à Companhia de Comércio das Índias, que abastecia o Império Colonial Português com a louça característica que recebeu esta denominação. Parte dos fragmentos de louça encontrados na casa do clérigo são de origem inglesa, francesa ou alemã. Embora o período de sua produção remeta a um momento de ocupação posterior ao século XVIII, indica a permanência de um tipo de consumo que privilegiava artefatos de aquisição dispendiosa e característica da elite oitocentista.

Em terceiro lugar, é necessária a constatação de que tais produtos importados eram mediadores que permitiam a conexão (intercontinental) entre as diferentes áreas do Império.

Em quarto lugar, merecem referência objetos fabricados com latão, cobre, estanho, prata e ferro. Excetuando o ferro, os demais eram certamente produtos importados – o que se aplica ao vestígio de colher, na qual a impregnação por azinhavre indica a presença de cobre na composição da liga metálica utilizada na sua produção.

A importação dos referidos bens não só evidencia conexões internacionais, mas também um poder aquisitivo elevado.

Os vestígios arqueológicos identificados permitem a constatação de que o poder aquisitivo elevado caracterizou não só a ocupação do Padre Toledo na edificação, mas também as ocupações seguintes, que apresentavam padrão de consumo da elite.

A pesquisa arqueológica abre a possibilidade de recuperar informações que de outra forma não seriam acessíveis e que contribuem para a elaboração de um painel mais consistente do contexto abordado.

A população da cidade de Tiradentes, onde está localizada a casa e museu do Padre Toledo, reclama da ausência de objetos (no museu) que tenham tido relação com o ilustre morador e, considerando a relevância da edificação, a Arqueologia se coloca hoje como o único instrumento capaz de trazer elementos do Padre Toledo para sua moradia, enquanto contexto museográfico.

BIBLIOGRAFIA

(1983) – *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte – Imprensa Oficial de Minas Gerais. V.1, 2, 3, 5 e 6.

BARBOSA, W. (1971) – *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. UFMG, Belo Horizonte.

COSTA, A. G. (2009) – *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi.

FURTADO, J. (2002) – *O manto de Penélope*. Companhia das Letras, São Paulo.

HOLLANDA, S. B. (2003) – *História geral da civilização brasileira*. Tomo I – A Época Colonial, volume 2 – Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JARDIM, M. (1989) – *A Inconfidência Mineira*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro.

MANNONI, T. G. (2007) – *Arqueología: materiales, objetos y producciones*. Ariel, Barcelona.

MELLO, S. (1985) – *Barroco mineiro*. Brasiliense, São Paulo.

MELLO E SOUZA, L. (1999) – *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. UFMG, Belo Horizonte.

MENDES, N. M. (2003) – *O Barroco mineiro*. Autêntica, Belo Horizonte.

SOUZA, W. P. A. (1978) – *Ensaio sobre o ciclo do ouro*. UFMG, Belo Horizonte.

VILLALTA, L. C. e BECHO, A. P. (2007) – Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Mª Efigênia L. e VILLALTA, Luiz C. (orgs.) *História de Minas Gerais – as Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte, Autêntica; Companhia do Tempo.

VILLALTA, L. C. (1999) – *Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em História Social.